2ª Discussão e Votação

APROVADO
Em 26 / 07 / 2021
Votação 9 / 1 X 0
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 006 /2021.

1ª Discussão e Votação

APROVADO
Em 19 / 07 / 2021
Votação 10 / 1 X 0
Presidente

EMENTA: Dispõe sobre alteração e nova denominação do prédio público da Câmara Municipal de Vereadores de Agrestina, Estado de Pernambuco e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE AGRESTINA, Estado de PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais que lhes confere o Regimento Interno desta Casa Legislativa, apresenta à apreciação do Plenário o seguinte Projeto de Lei:

CONSIDERANDO, que em busca realizada no acervo de documentos e leis deste Poder Legislativo Municipal, na tentativa de localizar a lei que denominou de Desembargador Agrício Brasil este prédio público,

CONSIDERANDO, que após todas as buscas realizadas não consta do acervo legislativo nenhuma lei sobre a referida designação, bem como o histórico do homenageado,

CONSIDERANDO, a importância de homenagear com o nome deste prédio municipal, figura pública que tenha exercido mandatos eletivos em nossa cidade, e contribuído com a história deste Poder Legislativo,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica denominado de Vereador **ANTÔNIO GOMES DE LIRA** o prédio público da Câmara Municipal de Vereadores de Agrestina, Estado de Pernambuco, a título de homenagem a este cidadão agrestinense que exerceu por 04 (quatro) mandatos eletivos a função de Vereador e por 02 (dois) anos ocupou a Presidência desta Casa Legislativa, motivo de orgulho e respeito.

Art. 2º- Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal de Agrestina, Pernambuco, autorizado a mandar confeccionar e colocar a placa alusiva à denominação a que se refere o Art. 1º desta Lei, bem como promover a divulgação e oficialização da referida designação e consequentemente a utilizar os recursos financeiros orçamentários ao cumprimento desta Lei.

CÂMARA DE VEREADORES
Recebido
Em 29/07/2021
Sec. Administrativo
Mat. 002
AGRESTINA - PE

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Agrestina, Pernambuco, em 09 de julho de 2021.

JOSÉ GIVALDO LEITE
VEREADOR AUTOR

DESPACHO:
Encaminho a assessoria jurídica para análise e emissão de parecer.
Agrestina, 13 / 07 / 2021
Controladoria Geral

Encaminha-se a Comissão de Finanças e Orçamento
Em 12 / 07 / 2021
Presidente

Encaminha-se a Comissão de Justiça e Redação
Em 12 / 07 / 2021
Presidente

CÂMARA DE VEREADORES
Recebido
Em 09/07/2021
AGRESTINA - PE

PARECER JURÍDICO

EMENTA: Dispõe sobre alteração e nova denominação do prédio público da Câmara Municipal de Vereadores de Agrestina, Estado de Pernambuco, e dá outras providencias.

CONSULENTES: CONTROLE INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE AGRESTINA

CONSULTA: Solicitam posicionamento jurídico acerca da legalidade do Projeto de Lei nº 006/2021 de autoria do Vereador José Givaldo Leite.

RELATÓRIO

A propositura tem como objetivo analisar os aspectos constitucionais, legais e regimentais, bem como as Implicações financeiras e disponibilidade orçamentária referente ao Projeto de Lei nº 006/2021 de autoria do Vereador José Givaldo Leite.

É o sucinto relatório. Passo a Opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, esclareço que o presente parecer possui caráter opinativo, onde a situação é analisada tendo em vista as normas legais, ficando a decisão final a cargo das Comissões Permanentes da Casa de Edis.

É a chamada Discricionariedade. Onde há margem de liberdade de decisão diante do caso concreto, de tal modo que a autoridade poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis, todas, porém, válidas perante o direito. E, portanto, um poder que o direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos, com a liberdade na escolha segundo os critérios de conveniência, oportunidade e justiça, próprios da autoridade, observando sempre os limites estabelecidos em lei.

Pois bem, feitos os registros necessários, passo a analisar os requerimentos administrativo aviado.

a) QUANTO AO ASPECTO CONSTITUCIONAL

É cediço que os municípios brasileiros são entes-federativos dotados de autonomia, consoante o que dispõe o art. 18 da CF/88, regendo-se por sua Lei Orgânica na forma do Art. 4º do mesmo digesto, Portanto, é o Município autônomo para legislar sobre assuntos de seu Interesse.

Nesse sentido, o Projeto de Lei em referência encontra amparo no artigo 30, inciso I da Constituição da República, na Lei Orgânica Municipal e artigo 41, IV, "h" do Regimento Interno desta Casa de Leis, por tratar-se de iniciativa privativa do Legislativo Municipal.

b) QUANTO A LEGALIDADE - ASPECTO REGIMENTAL

O Projeto de Lei em tela que dispõe sobre alteração e nova denominação do prédio público da Câmara Municipal de Vereadores de Agrestina, Estado de Pernambuco, denominando com o nome de **"CASA VEREADOR ANTÔNIO GOMES DE LIRA"** encontra respaldo e amparo legal, constituindo-se matéria de iniciativa do Poder Legislativo consoante disposições contidas no artigo 41, IV, "h" do Regimento Interno, no que, após deliberação pelo Plenário da Câmara pelo *quorum* de sua maioria simples, *in casu* pela vontade da metade mais um dos Vereadores presentes à reunião, na forma do que dispõe o art. 182, § 1º do Regimento Interno da Casa Legislativa.

Com efeito, entende-se que não há vedação legal, para a propositura em tela.

c) EM RELAÇÃO AO ASPECTO FORMAL DO PLL

O projeto em comento, no seu aspecto formal, apresentou-se de forma coaduzente, não necessitando de Emendas.

d) EM RELAÇÃO AO ASPECTO REDACIONAL E GRAMATICAL

Analisado atentamente, o Projeto de Lei apresenta boa redação, linearidade, clareza, bem como não se vislumbra qualquer necessidade de correção gramatical.

e) IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

A propositura encontrou sua justificativa em plenário e, afigura-se devidamente prevista no Orçamento do Município para o exercício vigente, assim como não repercute em criação ou aumento de despesa de caráter continuado, de forma que não viola a Lei de Responsabilidade Fiscal nem as disposições da LC 173/2020.

Restando presentes os requisitos legais supramencionados, no que se refere à confecção e instalação da placa com a denominação do prédio público da Câmara Municipal de Vereadores de Agrestina, Estado de Pernambuco, denominando com o nome de **"CASA VEREADOR ANTÔNIO GOMES DE LIRA"**, demonstrada a existência de dotação suficiente para lhe fazer face nas colunas referentes às quantidades permitidas para provimento e despesas correspondentes, não existe óbice legal para que produza efeitos no mundo jurídico.

Ex vi, **OPINA** que o Projeto em tela, se encontra com as condições jurídico-legais de ser apresentado ao Plenário, entendendo não haver vedação para a propositura que denomina o prédio público da Câmara Municipal de Vereadores de Agrestina, Estado de Pernambuco, com o nome de **"CASA VEREADOR ANTÔNIO GOMES DE LIRA.** É o parecer. s.m.j.

Agrestina/PE, em 13 de julho de 2021.

Thais Dominique B. Beserra

Advogada - OABPE 50.463

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei Nº 006/2021, apresentado pelo Exmo. Sr. Vereador José Givaldo Leite, que dispõe sobre alteração e nova denominação do prédio público da Câmara Municipal de Vereadores de Agrestina, Estado de Pernambuco e dá outras providências.

PARECER

Em consonância com preceitos estabelecidos em normas regimentais, esta Comissão Permanente a Câmara Municipal de Agrestina, recebeu para análise e posterior emissão do Parecer o **Projeto de Lei Nº 006/2021**, que denomina de Vereador **ANTÔNIO GOMES DE LIRA** o prédio público da Câmara Municipal de Vereadores de Agrestina, Estado de Pernambuco, a título de homenagem a este cidadão agrestinense que exerceu por 04 (quatro) mandatos eletivos a função de Vereador e por 02 (dois) anos ocupou a Presidência desta Casa Legislativa, motivo de orgulho e respeito e dá outras providências.

Compete a esta Comissão de Justiça e Redação manifestar-se em todas as proposituras sujeitas à apreciação do Plenário da Câmara de Vereadores deste Município, dizendo a sua constituição, sua legalidade e da sua redação.

O Projeto de Lei em referência foi examinado pela Assessoria Jurídica desta Casa, onde a mesma pontuou que o Projeto em tela, se encontra com as condições jurídico-legais de ser apresentado ao Plenário, entendendo não haver vedação para a propositura.

Em análise, esta Comissão de Justiça e Redação deste Poder Legislativo Municipal, concluiu também que o seu teor não fere dispositivos constitucionais, estando, portanto, em condições de ser aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores em conformidade com o que reza o Regimento Interno desta Casa.

O nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de julho de 2021.

Saulo Alves Batista
Presidente da Comissão

Emília Alves Fernandes
Relatora

Edson Pedro da Silva
Membro

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer ao Projeto de Lei Nº 006/2021, apresentado pelo Exmo. Sr. Vereador José Givaldo Leite, que dispõe sobre alteração e nova denominação do prédio público da Câmara Municipal de Vereadores de Agrestina, Estado de Pernambuco e dá outras providências.

PARECER

Em consonância com preceitos estabelecidos em normas regimentais, esta Comissão Permanente da Câmara Municipal de Agrestina, recebeu para análise e posterior emissão do Parecer o **Projeto de Lei Nº 006/2021**, que denomina de Vereador **ANTÔNIO GOMES DE LIRA** o prédio público da Câmara Municipal de Vereadores de Agrestina, Estado de Pernambuco, a título de homenagem a este cidadão agrestinense que exerceu por 04 (quatro) mandatos eletivos a função de Vereador e por 02 (dois) anos ocupou a Presidência desta Casa Legislativa, motivo de orgulho e respeito e dá outras providências.

O Projeto de Lei em referência foi examinado pela Assessoria Jurídica desta Casa, onde a mesma opinou que o Projeto em tela, encontra-se em condições jurídico-legais de ser apresentado ao Plenário, entendendo não haver vedação para a propositura.

Desta maneira, esta Comissão de Finanças e Orçamento, em análise concluiu que, o mesmo não fere dispositivos constitucionais, estando, portanto, em condições de ser aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores em conformidade com o que reza o Regimento Interno desta Casa.

O nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de julho de 2021.

José Pedro da Silva Filho
Presidente da Comissão

Marcos Antônio de Oliveira Silva
Relator

José Genivaldo da Silva
Membro